

SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOCACIA & CONSULTORIA

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba
87326361/86602858/8881205/693421170/99722687/35126361

"PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE

NOME

Adriano Francisco Régis

ESTADO CIVIL Solteiro

PROFISSÃO Técnico em eletrônica

CPF 011.681.874-35

RG 2.566.480 SSP/PB

ENDEREÇO R. Capitão Primo Cavalcante Paula, nº 97,

TELEFONE

Vivã Diniz, JP PB

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seu procurador, JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DUARTE, OAB/PB 14.438 e MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17.295, com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 103, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes, em especial para atuar em processo de alvará judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive PARA PROMOVER AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

João Pessoa - PB, 18 de 11 de 2013.

Adriano Francisco Régis



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ADRIANO FRANCISCO REGIS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF
2566480 SSP PB

CPF
011.681.874-35

DATA NASCIMENTO
16/02/1982

FILIAÇÃO
ALCIDES FRANCISCO
REGIS
GESSY REGIS FRANCISCO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB
AB

Nº REGISTRO
04808866915

VALIDADE
11/12/2013

1ª HABILITAÇÃO
13/11/2009

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
629665255

PROJETO PLASTIFICAR
629665255

OBSERVAÇÕES
A 1

ASSINATURA DO PORTADOR
Adriano Francisco Regis

LOCAL
JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
09/10/2012

ASSINATURA DO COPISTA
Rodrigo Carvalho

00146703617
PB025103555

DETRAN - PB (PARAIBA)



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

1364499

REFERENCIA

NOV/2015

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

DALVA MARIA PACOTE
RUA BERNARDINO ALVES CORREIA 1 - 00000
JARDIM VENEZA 58084-430
JOAO PESSOA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.32.075.0848	0	1	0	0	0	1364499
Hidrometro Y14N308346	Data de Instalação 17/06/2014	Localização 4	Situação Água LIGADO	Situação Esgoto LIGADO		
ANTERIOR ATUAL CONSUMO (m³) NUM. DE DIAS PROXIMA LEITURA						
208 220 12 29 09/12/2015						
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS.						
MAI/2015	0	0	NUMERO DE AMOSTRAS			
JUN/2015	13	0	PARAMETROS EXIG. ANALIS. CONFORMES			
JUL/2015	13	0	TURBIDEZ	282	288	286
AGO/2015	12	32	COLIFORMES	0	0	0
SET/2015	11	0	COR	75	102	102
OUT/2015	12	4	COLORO	282	288	288
MEDIA(M)	12		DADOS REFERENTES A: SET/2015			
DATA DA LEITURA: 11/11/2015 HORA DA LEITURA: 15:57:19						
DESCRICAO	CONSUMO	VL AGUA	VL ESGOTO	TOTAL(R\$)		
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10	26,93	21,54	R\$48,47		
DE 11m A 20m	2	6,94	5,56	R\$12,50		
TOTAIS		33,87	27,10			



ALEXANDRA CESAR DUARTE	ADRIANO FRANCISCO REGIS	SECRETARIA	SECRETARIA
------------------------	-------------------------	------------	------------

Processo: 142347 - Natureza: INVALIDEZ - Sinistro: - Nome:

Data	Descrição	Usuário
23/09/2016 10:02:46	PRE-CADASTRO NAO ANALISADO	Thiago Pereira Moraes
26/09/2016 12:09:15	PRE CADASTRO ANALISADO E APROVADO	Luana Caira
05/10/2016 14:22:22	PROCESSO CANCELADO: PROCESSO CANCELADO, TENDO EM VISTA A EXISTENCIA DE Acao JUDICIAL.	Giovana Rotava
26/10/2016 11:59:48	PROCESSO ENVIADO PARA ANALISE DA SEGURADORA LIDER	Luana Caira





PRONTO SOCORRO CENTRAL DE FRATURAS
Ortopedia e Traumatologia

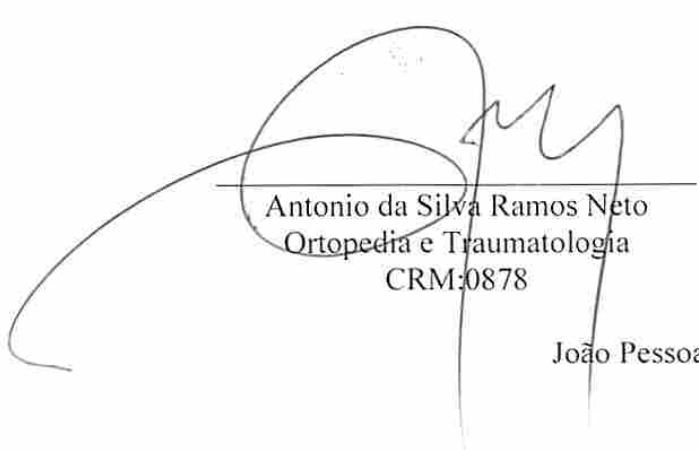
Unidade I

Av. D. Pedro II, 690 – Centro
J. Pessoa – PB – CEP: 58013-420
Fone: 3221-3307 / 3221-3661
CNPJ: 08.682.890/0001-70

LAUDO MÉDICO

O senhor Adriano Francisco Regis, foi atendido neste serviço em 14/12/2012, informando ter sido vítima de acidente de moto (atropelado) apresentava dor + deformidade do ombro direito.

Foi submetido a exame radiológico do ombro direito se evidenciando fratura luxação do ombro direito. Foi realizado redução incruenta e tratamento com aparelho gessado velpeau.



Antonio da Silva Ramos Neto
Ortopedia e Traumatologia
CRM:0878

João Pessoa, 28 de Outubro de 2013.





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone. (83) 3218-5334



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 2813/2013

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Fernando Barbosa de Carvalho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 11:35h, compareceu o (a) Senhor (a) **ADRIANO FRANCISCO REGIS**, brasileiro, natural de Itabaiana/PB, solteiro, com 31 anos de idade, Técnico em Eletrônica, Ensino Médio incompleto, filho de Alcides Francisco Regis e de Gessy Regis Francisco, RG. 2.566.480-SSP/PB, residente na Rua Capitão Primo Cavalcante de Paiva, nº 97, Vieira Diniz, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 14/12/12, por volta das 13:40h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/NXR 150 BROS ES, cor preta, ano 2007, de placa MNQ-7445/PB, chassi nº 9C2KD03307R044481, de sua propriedade, pela Avenida Cruz das Armas, no sentido Cruz das Armas/Jaguaribe, ao chegar nas proximidades do mercado público de Oitizeiro, após ter sido atingido por um veículo, o notificante caiu ao solo, tendo este sofrido contusão do ombro direito, sendo socorrido para a central de fraturas onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 12 de novembro de 2013.


Notificante


Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.682-8
Escrivão





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
16ª VARA CÍVEL**

Processo nº 0046331-09.2013.815.2001
SENTENÇA

**AÇÃO COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.
INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA.
AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.
PRELIMINAR ACOLHIDA. EXTINÇÃO DO
PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.**

Vistos, etc.

ADRIANO FRANCISCO RÉGIS, devidamente qualificado nos autos, ajuizou a presente ação de cobrança de seguro DPVAT em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, também qualificada.

Alega a parte autora que foi vítima de acidente automobilístico em 14 de dezembro de 2012, sofrendo lesões graves que o deixaram com debilidade permanente, razão pela qual requereu a condenação da parte promovida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 a título de seguro DPVAT.

Citada, a parte promovida apresentou contestação às fls. 25/37, arguindo as seguintes preliminares: carência de ação, ilegitimidade passiva, conversão do rito sumário para o ordinário e inépcia da inicial. No mérito, rebateu os fatos alegados na inicial, requerendo a improcedência do pedido.

Foi realizada perícia no autor em sede de mutirão DPVAT, mas não foi realizado acordo, em razão da inexistência de nexo de causalidade, conforme documentos acostados às fls. 63/65.

ar



85

Foi apresentada impugnação à contestação às fls. 81/82.

Vieram-me os autos conclusos.

É, em síntese, o relatório. Passa-se à decisão.

A matéria comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355 do CPC, tendo em vista a desnecessidade de dilação probatória.

PRELIMINARES.

Da ausência de interesse de agir da parte autora.

A parte promovida arguiu preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir da parte autora ante a ausência de procedimento administrativo.

Este Juízo concorda com o posicionamento adotado em decisão proferida no Tribunal de Justiça deste Estado (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00688711720148152001, - Não possui -, Relator DESA MARIA DE FATIMA MORAES B CAVALCANTI, j. em 13-05-2015), entendendo que o interesse de agir configura-se com a existência do binômio necessidade/utilidade da pretensão submetida ao Juiz.

Assim, tem-se que a necessidade da prestação jurisdicional exige a demonstração de resistência por parte do devedor da obrigação, já que o Poder Judiciário, por imposição legal, é via destinada à resolução de conflitos de interesses. Para isso, portanto, é preciso que exista a pretensão resistida, ou seja, a negativa de direito na via extrajudicial e, por conseguinte, a necessidade de atuação do Judiciário na resolução da controvérsia.

De fato, nos casos de cobrança de indenização relativa a seguro DPVAT, não havendo o requerimento prévio junto às seguradoras, em regra, não se configura a resistência dessas empresas quanto ao pagamento em questão.

Nesse contexto, acompanhando a evolução da jurisprudência de alguns Tribunais isolados, inclusive o Tribunal de Justiça deste Estado, e, sobretudo, do Supremo Tribunal Federal, este Juízo passou a entender como necessária a existência de prévio

Assinatura



requerimento formulado às seguradoras bem como de resistência à pretensão dos segurados, antes do efetivo ingresso na esfera judicial.

No caso em análise, no entanto, a parte autora não demonstrou ter se dirigido à seguradora, de forma que é a ausente o conflito de interesses, do interesse de agir e de condição para o regular exercício do direito de ação. Logo, uma vez não demonstrada a ocorrência da pretensão resistida, desaparece a utilidade do ajuizamento da demanda e interesse de agir.


Destarte, tendo em vista o que mais dos autos consta e princípio de direito aplicáveis à espécie, acolho a preliminar de carência de ação em razão da ausência de interesse de agir da parte autora e, em consequência, **DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO**, o que faço com esteio nas disposições dos artigos 485, VI, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios os quais fixo em 10% do valor da causa, suspendendo sua exigibilidade em face do autor ser beneficiário da gratuidade processual.

Decorrido o prazo recursal *in albis*, certifique o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com baixa, independente de nova conclusão a este juízo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

João Pessoa/PB, 30 de maio de 2016.


Juiz de Direito
Fábio Leandro A. Cunha
Juiz de Direito

02 06 16





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0812794-47.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: ADRIANO FRANCISCO REGIS
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico que autuei e faço os presentes autos CONCLUSOS. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 18 de abril de 2017
WEZALY DE MEDEIROS MEIRA





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0812794-47.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc

Defiro o pedido de assistência judiciária.

1. CERTIFIQUE a escrivania a existência de outra ação idêntica a presente, envolvendo as mesmas partes, eventualmente distribuída para vara cível diversa;
2. Caso negativa a certidão, determino a citação da parte ré, com prazo de 15 dias, uma vez que a audiência de conciliação/medição prevista no art. 334, do CPC/2015 mostra-se inoportuna no presente caso, ante a necessidade de realização de perícia prévia.
3. Apresentada contestação, INTIME-SE para impugnar no prazo de 15 dias.

CUMPRA-SE

JOÃO PESSOA, 28 de AGOSTO de 2017.

RENATA DA CAMARA PIRES BELMONT

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0812794-47.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: ADRIANO FRANCISCO REGIS
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em consulta ao SISCON constatei o seguinte processo:

Processo nº 0046331-09.2013.815.2001 16A. CIVEL, distribuído em 29/11/2013
PROCEDIMENTO ORDINARIO
Autor: ADRIANO FRANCISCO REGIS

Reu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
BAIXA DEFINITIVA 09/08/2017 14:19

JOÃO PESSOA, 30 de outubro de 2017
CLEOPATRA CAMPOS MEDEIROS





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0812794-47.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Compulsando os autos, verifica-se no ID.10488846, certidão da Escrivania informando a existência no SISCON do Processo N.0046331-09.2013.815.2001, o qual tramitou na 16ª Vara Cível da Capital.

Embora haja cópia da sentença proferida no processo nº 004.6331-09.2013.8155.2001 demonstrando que o julgamento foi sem apreciação do mérito, tem-se que a 16ª Vara Cível firmou competência para nova ação a ser proposta, eis que se refere ao mesmo acidente de trânsito descrito na petição inicial do presente processo, qual seja o acidente de 14/12/2012.

Assim, redistribua a presente ação de cobrança para a 16ª Vara Cível.

JOÃO PESSOA, 7 de janeiro de 2019.

Renata da Câmara Pires Belmont

Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba
16ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)0812794-47.2017.8.15.2001

AUTOR: ADRIANO FRANCISCO REGIS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.(CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

João Pessoa/PB, na data da assinatura eletrônica

